

# Rumo à educação de qualidade



No dia 15 de março, durante a Paralisação Nacional, mais de 15 mil trabalhadores em educação percorreram as principais ruas da capital sul-mato-grossense e mostraram que a união pode construir um ensino público de qualidade no país.

Página 3

FETEMS lança o primeiro prêmio "Prefeito Educador".

Página 6

Educadores recorrem à Assomasul para cumprimento da Lei do Piso.

Página 8

EDITORIAL

# FETEMS na luta por uma educação de qualidade e valorização do trabalhador

Muitos afirmam que uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento do país, porém, não paramos para refletir como deve ser esse ensino público que queremos para os nossos municípios, estados e para o Brasil. Nesses três dias de greve nacional, nós, enquanto dirigentes da FETEMS, acreditamos que toda a sociedade brasileira voltou os olhos para as questões que envolvem o desenvolvimento da educação pública em nosso país.

A iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), de convocar todos os sindicatos em educação do Brasil a pararem suas redes públicas de ensino e lutarem por questões como a aprovação do Plano Nacional de Educação, 10% do Produto Interno Bruto para a educação pública e o cumprimento integral da Lei do Piso Salarial Nacional, (Lei nº 11.738), foi louvável e com certeza rendeu e ainda renderá bons frutos na luta por melhorias no ensino público nacional.

Em Mato Grosso do Sul, nós, da diretoria da FETEMS, notamos alguns avanços a partir da paralisação nacional, resultado do trabalho e empenho coletivo. A Lei do Piso Salarial é cumprida integralmente em 15 municípios do Estado. Antes da movimentação da greve nacional, tínhamos apenas cinco gestores públicos que cumpriam a Lei, pagavam R\$ 1.451,00 ou mais para os professores da rede municipal de ensino e concediam 1/3 de hora-atividade para o planeja-

mento de aulas.

Podemos afirmar que, no primeiro dia da greve nacional, 85% da rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul paralisou suas atividades e, nos dois dias seguintes, a greve atingiu 90% da rede. Nossos sindicatos de base fizeram diversas movimentações em seus municípios, como passeatas, atos públicos, panfletagens, debates importantes sobre questões que afetam diretamente o dia a dia da categoria.

Lembramos que municípios como Dourados, Três Lagoas, Aquidauana, Corumbá, Coxim, Maracaju, Douradina, Aparecida do Taboado, Coxim, Ponta Porã, Anastácio, entre outros, paralisaram 100% das suas redes de ensino.

Além disso, consideramos que o movimento sindical da educação pública de Mato Grosso do Sul e do Brasil saiu desta paralisação nacional fortalecido, pois conseguimos sensibilizar não só a sociedade como esperamos ter atingido os gestores públicos, que precisam entender, de uma vez por todas, que sem investimento na educação pública as cidades e os estados nunca alcançarão as metas de desenvolvimento que eles almejam.

A FETEMS e os seus 71 sindicatos afiliados superaram a meta de 10 mil trabalhadores em educação nas ruas da Capital, no dia da mobilização em nível estadual. Foram 15 mil trabalhadores, 58 ônibus vindos de todo o interior de MS, que participaram de uma das maiores passeatas da história da Federação, que neste mês

de março completou os seus 33 anos.

Agora, a certeza que temos é de que a luta continua. Aguardamos que o Governo do Estado cumpra a Lei do Piso Salarial Nacional na sua íntegra e conceda 1/3 de hora-atividade para os professores da rede estadual de ensino. Também solicitamos uma reunião com a diretoria da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), pois queremos que a entidade intervenha junto aos gestores municipais para que eles também assu-

mam o compromisso de cumprir a Lei em seus municípios. A nível nacional, vamos continuar na luta pela aprovação do PNE e pelo investimento de 10% do PIB na educação pública, juntamente com a CNTE e os demais sindicatos da educação do País.

Nossa luta é a de todos que reconhecem nos profissionais em educação pessoas importantes e decisivas para a formação de nossas crianças e adolescentes, para a formação de cidadãos mais éticos, justos e comprometidos com as cau-

sas sociais.

Agradecemos todo o apoio da sociedade sul-mato-grossense e da sociedade brasileira, principalmente dos pais de alunos, que entenderam a nossa causa e nos apoiaram nesses três dias de paralisação. Reafirmamos que as aulas serão repostas com a mesma qualidade e com o mesmo compromisso que temos em oferecer um ensino público de qualidade para os filhos dos trabalhadores de nosso Estado.

Diretoria da FETEMS

## No 1º dia de greve, FETEMS participa de sessão na AL

No primeiro dia da greve nacional, dia 14 de março, no início da manhã, o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, usou a palavra na tribuna da Assembleia Legislativa, durante a sessão ordinária, e ressaltou a importância da vontade política para que os trabalhadores em educação brasileiros tenham os seus direitos garantidos e consigam construir uma educação pública de qualidade.



# Piso Salarial é lei, que deve ser cumprida!

Mais de 15 mil trabalhadores em educação protestam pelas ruas da capital sul-mato-grossense



No dia 15 de março, segundo dia da greve nacional, mais de 15 mil trabalhadores em educação de todo o Mato Grosso do Sul participaram de uma passeata pelas ruas do centro de Campo Grande.

Segundo o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, o movimento dos trabalhadores em educação

mostrou a sua representatividade, realizando uma das maiores manifestações da história da Federação. “Este ato será lembrado como o dia de luta da educação. Nós conseguimos superar nossas expectativas e colocamos mais de 15 mil trabalhadores nas ruas”, afirmou.

Para a representante da

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fátima Silva, que participou das ações da greve nacional no Estado, foi um dos maiores e mais bem organizados atos públicos que aconteceram pelo Brasil. “Falar da FETEMS é falar das lutas da categoria. Certamente, os atos da greve nacional em

MS comprovaram a força, a capacidade de mobilização e organização desta entidade e dos seus sindicatos afiliados”, disse.

De acordo com o presidente do SIMTED de Dourados, João Vanderley de Azevedo, que trouxe a maior delegação do interior do Estado, cinco ônibus, com mais de 200 tra-

balhadores em educação, a passeata atingiu o seu objetivo: colocou nas ruas a categoria de todos os municípios. “Mostramos a nossa capacidade de mobilização para os gestores públicos, para toda a sociedade e sabemos que se for preciso parar nós paramos e vamos à luta por nossos direitos”, concluiu.



# Paralisação em todo Mato Grosso do Sul

Nos dias 14, 15 e 16 de março, educadores caminharam unidos por uma educação digna e de qualidade



Campo Grande



Água Clara



Anastácio



Aparecida do Taboado



Aquidauana



Corguinho



Corumbá



Coxim



Deodápolis



Dourados



Fátima do Sul



Laguna Carapã



Maracaju



Miranda



Nova Andradina



Ponta Porã



Porto Murtinho



Ribas do Rio Pardo



Rochedo



Sete Quedas



Três Lagoas

# FETEMS homenageia prefeitos e prefeitas que cumprem a Lei do Piso

A FETEMS realizou o 1º Prêmio Prefeito Educador, uma homenagem aos prefeitos e prefeitas que cumprem a Lei do Piso Salarial Nacional em Mato Grosso do Sul. A entrega do prêmio aconteceu em Campo Grande, na sede da Federação, e compôs as atividades de mobilização do dia 15 março, dia da paralisação nacional. Ao todo, 15 gestores públicos municipais foram homenageados pela Federação. A Lei prevê o pagamento do salário de R\$ 1.451,00 para o professor de nível médio, em início de carreira, e 1/3 da hora-atividade para os professores se capacitarem, prepararem suas aulas, corrigirem provas e atenderem os pais de alunos.

Entre os municípios sul-

-mato-grossenses que respeitam a legislação, Paranaíba é o que melhor paga seus educadores, com um Piso de R\$ 2.019,00. Para o prefeito de Paranaíba, José Garcia de Freitas, cumprir a Lei do Piso é uma obrigação do gestor público. “O valor do Piso é o mínimo que um prefeito pode fazer pela educação, é respeitar o educador como profissional responsável pela formação das nossas crianças”, afirmou.

Em Três Lagoas, primeiro município do Estado a implantar a Lei do Piso, no ano de 2009, a prefeita Márcia Maria de Souza salienta que a mudança no ensino público é visível. “O Piso e 1/3 da hora-atividade melhoraram nosso ensino. Hoje, temos mais pro-

fessores capacitados, especialistas, menos licenças médicas e, com tudo isso, temos a certeza que se trata de um dos mais importantes investimentos feitos em Três Lagoas, pois trabalhamos para termos uma educação pública cada vez melhor”. Segundo o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, a intenção da Federação, ao premiar os gestores públicos comprometidos com a educação, é mostrar para a sociedade sul-mato-grossense e para os demais prefeitos que ainda não cumprem a Lei que é possível sim investir mais recursos no ensino público. “Os gestores homenageados mostram para a sociedade que as promessas feitas no palanque são possíveis e não foram feitas apenas

para ganhar votos nas campanhas eleitorais. Por isso, revolvemos reconhecer o trabalho de quem acredita na educação”, disse.

O Prêmio Prefeito Educador é uma iniciativa da FETEMS e será entregue anualmente. Cada edição terá novos critérios.



**INFORME PUBLICITÁRIO**

## PREFEITOS EDUCADORES EM MS

Eles cumprem a Lei do Piso Salarial Nacional.  
Pagam Piso de R\$ 1.451,00 e concedem 1/3 de hora-atividade.

 <b>Paranaíba</b> José Garcia de Freitas PDT	 <b>Naviral</b> Zelmo de Brida PMDB	 <b>Água Clara</b> Edvaldo Alves de Queiroz PDT	 <b>Sidrolândia</b> Daltro Fiuza PMDB	 <b>Antônio João</b> Lucia Regina da Cruz Butkevicius PMDB
 <b>Coronel Sapucaia</b> Rudi Paetzold PMDB	 <b>Aquidauana</b> Fauzi Muhammad Abdul Hamid Suleiman PMDB	 <b>Nioaque</b> Ilica Corral Mendes Domingos PMDB	 <b>Sete Quedas</b> Sérgio Roberto Mendes PDT	 <b>Brasilândia</b> Antônio da Pádua PMDB
 <b>São Gabriel do Oeste</b> Sergio Luiz Marcon PSDB	 <b>Inocência</b> Antônio Angelo Garcia dos Santos DEM	 <b>Três Lagoas</b> Marcia Maria de Souza da Costa Moura de Paula PMDB	 <b>Miranda</b> Neder Afonso da Costa Vedovato PSB	 <b>Camapuã</b> Marcelo Pimentel Dualibi DEM

Estes Prefeitos Valorizam a Educação Pública.

**FETEMS**  
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL  
FEIADA A CUT e CTE  
71 SIMTEDES afiliados

# Veja como os municípios pagam os seus professores

	MUNICÍPIO	C. H.	PISO	1/3 H/Ativ
1	CARACOL	40	2067,80	NÃO
2	PARANAÍBA	40	2019,60	SIM
3	CAMPO GRANDE (ACP)	40	1948,98	NÃO
4	ÁGUA CLARA	40	1780,00	SIM
5	BATAGUASSU	44	1777,06	NÃO
6	NAVIRAÍ	40	1771,32	SIM
7	PARANHOS	40	1762,70	NÃO
8	CORUMBÁ	40	1719,20	NÃO
9	LADÁRIO	40	1701,80	NÃO
10	DOIS IRMÃOS DO BURITI	40	1626,68	NÃO
11	BANDEIRANTES	40	1623,22	NÃO
12	JUTI	40	1620,00	NÃO
13	CASSILÂNDIA	40	1598,84	NÃO
14	FIGUEIRÃO	40	1596,58	NÃO
15	RIBAS DO RIO PARDO	40	1587,30	NÃO
16	SIDROLÂNDIA	44	1557,92	SIM
17	ANGÉLICA	40	1549,20	NÃO
18	ANTÔNIO JOÃO	40	1523,54	SIM
19	REDE ESTADUAL	40	1489,67	NÃO
20	CORONEL SAPUCAIA	40	1484,13	SIM
21	CHAPADÃO DO SUL	40	1477,82	NÃO
22	NOVO HORIZONTE DO SUL	40	1465,31	NÃO
23	BONITO	44	1465,22	NÃO
24	CAARAPÓ	40	1461,33	NÃO
25	AQUIDAUANA	40	1453,00	SIM
26	NIOAQUE	40	1452,00	SIM
27	JARAGUARI	40	1451,92	NÃO
28	SETE QUEDAS	40	1451,47	SIM
29	AMAMBAI	40	1451,54	NÃO
30	BRASILÂNDIA	40	1451,00	SIM
	SÃO GABRIEL DO OESTE	40	1451,00	SIM
	INOCÊNCIA	40	1451,00	SIM
	MIRANDA	40	1451,00	SIM
	CAMAPUÁ	40	1451,00	SIM
	TRÊS LAGOAS	40	1451,00	SIM
	TERENOS	40	1451,00	NÃO
	RIO NEGRO	40	1451,00	NÃO
	ANAURILÂNDIA	40	1451,00	NÃO
	ITAQUIRAÍ	40	1451,00	NÃO
	DOURADINA	40	1451,00	NÃO
	ELDORADO	44	1451,00	NÃO
	ARAL MOREIRA	40	1451,00	NÃO

	MUNICÍPIO	C. H.	PISO	1/3 H/Ativ
	PONTA PORÃ	40	1451,00	NÃO
31	JAPORÃ	40	1440,00	NÃO
32	ALCINÓPOLIS	40	1425,82	NÃO
33	TACURU	40	1409,82	NÃO
34	TAQUARUSSU	40	1404,72	NÃO
35	COXIM	40	1400,00	NÃO
36	COSTA RICA	40	1379,05	NÃO
37	VICENTINA	40	1360,00	NÃO
38	DEODÁPOLIS	40	1337,46	NÃO
39	GUIA LOPES DA LAGUNA	44	1294,40	NÃO
40	MUNDO NOVO	40	1280,92	NÃO
41	IGUATEMI	40	1264,88	NÃO
42	LAGUNA CARAPÁ	40	1254,68	NÃO
43	RIO BRILHANTE	40	1236,32	SIM
44	NOVA ALVORADA DO SUL	40	1236,28	NÃO
45	BELA VISTA	40	1219,80	NÃO
46	CORGUINHO	40	1214,00	NÃO
47	APARECIDA DO TABOADO	44	1211,36	NÃO
48	SELVÍRIA	40	1211,04	NÃO
49	DOURADOS	40	1198,86	NÃO
50	RIO VERDE DE MT	40	1191,30	NÃO
51	PORTO MURTINHO	40	1191,10	NÃO
52	ANASTÁCIO	40	1188,00	NÃO
	PEDRO GOMES	40	1188,00	NÃO
53	FÁTIMA DO SUL	44	1187,82	NÃO
54	ITAPORÃ	40	1187,18	NÃO
	MARACAJU	44	1187,00	NÃO
55	BODOQUENA	40	1180,02	NÃO
56	JATEÍ	40	1082,00	NÃO
57	SONORA	40	1071,72	NÃO
58	BATAYPORÃ	40	1064,96	NÃO
59	JARDIM	44	1033,00	NÃO
60	GLÓRIA DE DOURADOS	44*		NÃO
	IVINHEMA	40*		NÃO
	NOVA ANDRADINA	40*		NÃO
	ROCHEDO	40*		NÃO
	SANTA RITA DO PARDO	40*		NÃO

#### LEGENDA

Esses municípios cumprem integralmente a Lei do Piso Salarial, garantindo, inclusive, 1/3 de hora-atividade.

\* Na carreira do magistério desses municípios não está previsto o professor de nível médio.

Na semana em que se realizou a greve nacional da educação, a FETEMS divulgou o ranking salarial dos profissionais em educação do Magistério praticado na rede estadual e nas redes municipais de todo o Mato Grosso do Sul.

O levantamento demonstra que, infelizmente, somente 15 dos 79 municípios do Estado cumprem na íntegra a Lei do Piso Salarial Nacional, garantindo 1/3 de hora-atividade dos professores para o planejamento de aulas e pagando o valor do piso nacional: R\$ 1.451,00.



# Durante greve dos educadores, manifestantes reivindicam melhorias junto à Assomasul

Uma carreata com 58 ônibus seguiu até a Assomasul, onde trabalhadores em educação pediram o cumprimento integral da Lei do Piso nos municípios do Estado

Após a passeata pelas ruas do centro de Campo Grande, no dia 15 de março, uma carre-

ata com 58 ônibus transportando trabalhadores em educação vindos de todas as regiões do

Estado, seguiu até a Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), como parte da programação do Dia de Luta pela Educação Pública. Os trabalhadores entregaram uma carta à diretoria da entidade e pediram a intervenção da Associação junto aos municípios, para que os prefeitos assumam o compromisso de cumprir na íntegra a Lei do Piso.

De acordo com a vice-presidente da FETEMS, Elaine Aparecida de Sá Costa, a Federação

tem o dever de dialogar com outras entidades. “Viemos até a Assomasul porque respeitamos a representatividade da entidade, que possui um diálogo aberto com os prefeitos do Estado e com certeza pode nos ajudar nas questões que visam a melhoria da educação. A aplicabilidade da Lei do Piso é o caminho legal para oferecermos à população uma educação digna e de qualidade”, ressaltou.

Segundo o diretor-executivo da Assomasul, Sebastião de

Almeida Filho, toda categoria de trabalhadores tem o direito constitucional de reivindicar, principalmente os trabalhadores em educação, que são responsáveis pela formação do cidadão. “Respeitamos o movimento, mas cada município tem a sua autonomia, sua independência financeira para negociar. Mesmo assim, assumimos o compromisso com a FETEMS, de que vamos interceder da melhor forma possível junto aos prefeitos”, garantiu.



## Comissão de Educação da AL faz compromisso de lutar por 1/3 de hora-atividade

A diretoria da FETEMS e a representante da CNTE, professora Fátima Silva, estiveram reunidos, na tarde do dia 14 março, com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa (AL), com o intuito de solicitar que os deputados intercedam junto ao Governo do Estado para que a Lei do Piso Nacional, nº 11.738, seja implantada na íntegra.

De acordo com o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, para que a Lei passe a valer de verdade é preciso vontade política e o papel das entidades sindicais é reivindicar. “Estamos cumprindo nosso papel enquanto entidade representativa, a educação precisa de atenção e os

gestores precisam garantir, por meio da Lei, os direitos dos trabalhadores em educação, isso é valorização, isso é reconhecimento”, afirmou.

Para a professora Fátima Silva, a reunião com a Comissão de Educação foi de extrema importância. Segundo ela, o Legislativo tem que servir de ponte para a relação com o Executivo. Essa foi a postura que a Comissão de Educação da Assembleia teve na reunião com a FETEMS. “A Federação está no caminho certo, cumprindo o seu papel de lutar pelos direitos dos trabalhadores em educação de MS e na greve nacional ocupou os espaços devidos mostrando sua força e organização”, disse.

Segundo o presidente da Comissão, deputado estadual Diogo Tita (PPS), a Comissão irá interceder junto ao governador e, o mais breve possível, irá repassar um posicionamento para a Federação. “Vamos conversar com o governador e com a secretária de educação para que os professores tenham o seus direitos garantidos e que 1/3 de hora-atividade faça parte do planejamento do orçamento do Estado”, ressaltou.

Já o deputado estadual Pedro Kemp (PT), que também é membro da Comissão e foi o responsável pela articulação da reunião com a direção da FETEMS, 1/3 da hora-atividade irá trazer avanços significativos



na qualidade do ensino público em MS. “Teremos mais professores capacitados, com tempo de preparar aulas e atender os pais. Por isso, a comissão irá lutar para que a Lei seja cumprida”, concluiu.

Participaram da reunião,

representando a Federação, a secretária adjunta, Maria Ildonei de Lima Pedra, a secretária de assuntos de especialistas em educação, Sueli Veiga Melo, e o vice-regional de Campo Grande, Paulo César.